NOTA DE REPÚDIO

As Associações Científicas abaixo assinadas tornam público o seu repúdio ao ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Juiz de Fora, MG, que nomeou, para o cargo de subcoordenador da TV Câmara e Rádio Câmara um profissional sem a qualificação desejada para a função de vital importância na difusão de informação de interesse público. A nomeação causa estranheza, quando suas motivações não são claras: o indicado não é graduado em Jornalismo, e não é concursado. Mais grave, o jornal "O Tempo" denunciou, em matéria publicada, no dia 24 de junho, que há motivações políticas nesta troca, visando às eleições municipais.

O fato chamou a atenção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Juiz de Fora, o mais antigo de Minas Gerais, que, em nota, afirmou que "o Legislativo não pode ser conivente com o desrespeito a todo um campo profissional, ao ignorar o diploma, os conhecimentos e as prerrogativas do Jornalismo". A TV Câmara, inaugurada em 2017, tem apenas dois jornalistas concursados a seu serviço. Várias funções são exercidas por comissionados, indicados pelos vereadores. O Sindicato defende a criação de um regimento interno, além do aproveitamento de jornalistas profissionais para o exercício das atividades em questão.

A história da imprensa de Juiz de Fora é uma das mais ricas do país. No final do século XIX, dezenas de impressos já circulavam por aqui. A primeira transmissão de rádio de Minas Gerais aconteceu em Juiz de Fora. A primeira geradora de televisão do interior do Brasil foi inaugurada na cidade. O curso de Jornalismo da

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) tem mais de cinquenta anos e, em 2012, foi considerado o 10º melhor do país pelo Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes). O Programa de Pós-Graduação em Comunicação forma mestres e doutores na área. Várias instituições particulares de ensino superior da cidade se dedicam à capacitação de futuros jornalistas.

Não faltam profissionais de excelência no mercado. Aliás, Juiz de Fora exporta talentos para os melhores veículos de comunicação do país. Por isso, não há razão para que uma instituição pública não honre o esforço de tantos cidadãos empenhados com a transparência e a qualidade da informação. Não se entende também, até o momento, o silêncio da Comissão de Tecnologias, Ciência, Inovação e Comunicação do Legislativo Municipal, criada em 2019. Nada foi falado sobre as graves denúncias que cercam a nomeação na JFTVCâmara. Por isso, as associações científicas abaixo assinadas, que reúnem pesquisadores, professores e estudantes de todo o Brasil, pedem que a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Juiz de Fora revogue a nomeação e cumpra com o seu dever maior de respeito à liberdade e qualidade da informação pública.

Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR)

Associação Brasileira de Pesquisadores em Publicidade (ABP2)

Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação (ABPEducom)

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCOM)

Capítulo Brasil da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC – Brasil)

Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas da Comunicação (SOCICOM)

Rede de Pesquisadores de Telejornalismo (Telejor) da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)

Sociedade Brasileira de Estudos Inter-disciplinares da Comunicação (INTERCOM)

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCom-UFJF)